

A RECEPÇÃO DO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA NO DEBATE SOBRE A ECONOMIA ROMANA

Douglas de Castro CARNEIRO*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estudar a recepção do *De Re Rustica* de Columela, escrito no século I d.C., no debate sobre a economia romana. Desta maneira, nossa análise sobre a recepção do tratado columeliano foi a partir da obra do sociólogo e historiador Max Weber, que em seus primeiros escritos deu um grande valor à pesquisa de história antiga e retomou o debate de antigas perspectivas, Weber retomou o debate sobre Bücher e Meyer. Em meados das décadas de 1960 e 1970, um novo paradigma foi proposto por Moses Finley com a publicação da obra “A Economia Antiga”. Os seguidores de Finley ampliaram essa discussão no final da década de 1980 e 1990.

Palavras-Chave: Economia Romana; De Re Rustica; Columela.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a recepção do *De Re Rustica* de Columela no debate sobre a economia romana tem trazido controvérsias nos mais diferentes meios historiográficos. O primeiro autor foi o sociólogo e historiador Max Weber, de origem alemã, o qual, em seus primeiros trabalhos, dedicou-se ao estudo da história antiga. Autores como Michail Rostovzeff e Tenney Frank retomam a prática “modernista” em meados da década de 1960 e 1970 e o já consagrado historiador norte-americano Moses Finley publicou a obra “A Economia Antiga”. Nas décadas de 1980 e 1990, a obra de Finley começou a ser revisitada por seus antigos alunos, que naquele momento já eram professores na universidade onde haviam estudado. Esse movimento, que ficou conhecido como “Escola de Cambridge”, teve autores como Peter Garnsey, Richard Saller, Andrew Wallace Hadril e Charles Whitaker (FAVERSANI, 2005, p.40), os quais acreditavam que a economia romana não era “desenvolvida”, e sendo assim, reproduziam muitas vezes aquilo que o seu mentor havia proposto.

* Universidade Federal de Ouro Preto - Aluno de Pós-Graduação
E-mail: dogaacarneiro@hotmail.com

A RECEPÇÃO DO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA EM MAX WEBER

Max Weber nasceu na cidade de Erfurt, em 1864, vindo a falecer em Berlim, em 1920. Exerceu cargos de docência em Humboldt, Freiburg, Heidelberg e finalmente em Munique. Iniciou suas pesquisas em história em 1895 com uma tese de habilitação intitulada: “A história agrária romana e sua importância para o direito público e privado” (*Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht*). Em 1896, publicou um ensaio sobre “As Causas do Declínio da Civilização Antiga” (*Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur*), e no ano seguinte a obra: “Relações Agrárias na Antiguidade” (*Die Agrarverhältnisse des Altertums*) (JOLY, 1999, p.8). De acordo com Max Weber (1980, p.180), as atividades das fazendas baseavam-se geralmente no cultivo de cereais rotacionados com pastagens, isto é, no cultivo de grãos de verão e em cultivos de inverno. Assim escreveu o autor:

Os escritos de Catão e dos outros Escritores *Rei Rustica* e oferecem um panorama de situação muito semelhante. Eles partem da premissa que para investir os capitais adquiriam-se propriedades e dão alguns conselhos a esse respeito, discutem sempre de forma apropriada para ensinar as normas práticas aos inexperientes, temas específicos que um agricultor neófito deve conhecer para poder controlar grosso modo o seu *villicus* (WEBER, 1980, p. 183).

Esta, que foi a primeira referência a Columela e aos demais escritores agrônômicos, oferece um panorama que Max Weber teria feito para o desenvolvimento da economia, e principalmente em seu aspecto mais fundamental, que foi a importância da agricultura para a sociedade da época. Nesse trabalho, Weber procura focar a emergência de um sistema econômico que oferecesse recursos para o desenvolvimento do mundo agrícola romano:

O baricentro da agricultura deslocou-se para outros setores da produção. Já mencionamos um desenvolvimento cada vez maior dos cultivos de vinhedos e olivais, e junto com eles assumiram uma importância de primeira ordem os cultivos de legumes, hortaliças e frutas (WEBER, 1980, p.184)

Weber confirma a importância e a tendência de tornar as fazendas autônomas com todas as exigências para o desenvolvimento da produção de bens do mercado agrícola. Nesse aspecto, algumas perguntas foram lançadas pelo próprio autor, entre as quais destacamos a seguinte: Quais eram as forças de trabalho que o proprietário dispunha

para administração autônoma de sua propriedade? Acerca disso, Weber pontua: “Quanto a isso, os scriptores rei rusticae não deixam nenhuma dúvida. O emprego exclusivo dos escravos ainda que uma fazenda baseada essencialmente no trabalho escravo tivesse notáveis desvantagens” (WEBER, 1980, p.191). Na recepção do *De Re Rustica* de Columela, Max Weber deu importância aos tratados agrícolas e principalmente ao trabalho dos escravos, afirmando suas notáveis desvantagens. Nesse sentido, Weber (1980, p.194) propala que quando o proprietário se via absolutamente obrigado a diminuir a colheita por causa do preço dos trabalhos agrícolas, o negócio se tornava logicamente antieconômico:

Essa disfunção do sistema se tornou mais aguda depois dos acontecimentos que acompanharam a constituição do principado. A situação sustentou-se enquanto no mercado de escravos havia a oferta de força de trabalho como consequência de guerras civis e de conquistas (WEBER, 1980, p. 195).

Não temos informações sobre ou quando os proprietários começaram a aplicar racionalmente a administração direta e autônoma em suas fazendas. Na introdução de seu livro: “Relações Agrárias na Antiguidade” publicado no ano de 1897, Weber chama a atenção de seus leitores a respeito do comércio antigo e observa que este não incluía apenas os bens materiais. A escravidão era uma instituição em tempos de paz. De acordo com Max Weber (1981, p.18), a grande empresa capitalista, com o emprego do trabalho e com a paridade do capital acumulado, consciente da intensidade máxima, normalmente não representava um fenômeno estável no setor da iniciativa privada, especialmente no âmbito da agricultura. Assim, Weber nos ensina:

O elemento determinante para afirmar o uso capitalista da escravidão, em particular na agricultura, era certamente a possibilidade de ter um terreno de boa qualidade e a um bom preço. Tal circunstância demonstravam as circunstâncias das guerras e das revoluções dando sustentabilidade para que isto ocorresse (WEBER, 1981, p.30).

Nesse âmbito, Weber concentra sua análise relatando a perspectiva particularmente de Eduard Meyer, que tratava em sua obra da conceptualização de temas modernos no mundo antigo. A historiografia recente tem como objetivo retratar os modelos weberianos, sobretudo os aspectos que englobam a sua interpretação sobre agricultura antiga e economia moderna.

A RECEPÇÃO DO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA NA OBRA DE MOSES FINLEY

O segundo tópico trabalhado neste artigo é a relação da recepção do *De Re Rustica* de Columela na obra de Moses Finley, que nasceu em 1912 e faleceu em 1986. Sua carreira pode ser dividida em dois momentos cruciais: o primeiro, iniciado em 1930, quando ele abraça a carreira de historiador especializado em mundo antigo juntamente com a influência de Karl Polanyi, até o ano de 1950. O segundo momento é quando publica “A Economia Antiga” e rompe seus laços com seu antigo mentor (NASSIFI, 2003, p.121). Os primeiros indícios abrangem a recepção do *De Re Rustica* no debate sobre a economia romana:

Os manuais agrícolas romanos e sem dúvida seus precursores gregos, hoje perdidos, podem ocasionalmente ocupar-se da comercialização, das condições do solo, e de outras coisas do gênero, mas nunca vão além do senso comum quando não contem erros grosseiros ou induzem ao erro (FINLEY, 1986, p. 22).

Desse modo, Finley argumenta sobre a importância dos manuais agrícolas para compreender o mundo rural romano e alerta seus leitores para o fato de que os manuais agrícolas mostravam nada mais do que referências rudimentares relativas à vida do trabalhador romano. Ressaltamos que o mundo greco-romano era um mundo essencialmente de propriedades rurais, com alguns hectares e até latifúndios:

Devemos, pois nos contentar com esta conclusão, muitos da população do mundo antigo viviam da agricultura de uma forma ou de outra, eles reconheciam a terra como fonte principal de todo bem material e moral (FINLEY, 1986, p.134).

Para Finley, a terra era considerada uma fonte de riqueza não somente material, mas também moral. Delineando as diretrizes do raciocínio de Finley referentes à sua conceptualização da sociedade capitalista, Fabio Duarte Joly enuncia que: “A abertura e a inclusão do sistema escravista romano coexistiram com uma política de cidadania, facilitando à adoção de regimes de trabalho escravo calcado no uso intensivo, produzindo um ambiente propício a difusão da escravidão como mercadoria na economia” (JOLY, 2011, p.45). Fabio Duarte Joly assinala em sua gênese que os manuais agrícolas eram, na verdade, formas de representação de como esses autores

compreenderam a importância do trabalho escravo na economia. Não é de surpreender que os camponeses descritos pelos manuais fossem assim representados:

A única fonte de rendimentos subsidiária para os camponeses era o trabalho ocasional nas grandes propriedades vizinhas, especialmente durante as colheitas: os escritores agrícolas romanos aceitavam e o mesmo exigia em todos os cálculos a presença de tal reserva de força de trabalho (FINLEY, 1986, p.148).

Nessa passagem, confirmam-se as antigas suspeitas das análises de Finley sobre o trabalho dos camponeses ocorrendo nas propriedades vizinhas, especialmente durante o período da colheita.

A RECEPÇÃO DO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA NA ESCOLA DE CAMBRIDGE

O terceiro ponto trabalhado neste artigo é a recepção do *De Re Rustica* de Columela na Escola de Cambridge. Entre os anos de 1980 e 1990, os antigos alunos de Finley deram continuidade ao pensamento de seu antecessor. Esse segmento ficou conhecido por ter se utilizado da psicologia histórica e da antropologia para o auxílio da compreensão da sociedade romana. No manual intitulado “*Economy, Society and Culture*”, Peter Garnsey e Richard Saller afirmam que o Império Romano era um “império mediterrânico”, possuía um governo sem burocracia e uma economia não desenvolvida. De acordo com Garnsey e Saller (1987, p.43), sabemos poucos detalhes sobre a economia do mundo romano porque não existem contas governamentais, registros da produção e taxaço de impostos, ou seja, havia um simples modelo de economia, conhecido principalmente como economia pré-industrial. Os autores comprovam que realmente há poucos registros que nos ensinam sobre a economia romana:

Assim a economia romana não era desenvolvida. Ela era essencialmente uma massa da população que vivia próxima de um nível de subsistência. É típica das economias pré-industriais a longa massa de trabalho empregada na agricultura como um investimento no capital (GARNSEY e SALLER, 1987, p.44).

Nesse contexto, entendemos que estes autores defendem que a economia romana não era desenvolvida e a grande massa da população vivia em um nível de subsistência. Na antiga Roma, existia um prospecto da emergência das classes. De acordo com

Garnsey e Saller (1987, p.45), as realidades econômicas, em particular as limitações do mercado, eram virtualmente dirigidas pela possibilidade da formação de uma hierarquia social e do capitalismo comercial. De acordo com os historiadores ingleses:

Os tratados de agricultura e de moralidade defenderam a aristocracia ligada ao campo principalmente em suas posições mais fracas e um estilo de vida mais honorável. Os temas eram presentes no *De Agricultura* de Catão, escrito na segunda metade do século segundo antes de cristo, os deveres morais de Cícero não era um fenômeno meramente republicano, no primeiro século depois de cristo a agricultura mostrou sua superioridade (GARNSEY e SALLER, 1987, p.45).

Os tratados de agricultura possuíam um objetivo muito claro, o de defender uma aristocracia ligada ao campo sobre os diferentes pontos de vista, como podemos observar em Catão, Varrão, Columela e até mesmo em Cícero. Até agora, temos operado essencialmente com o modelo estático da economia romana. Isso nos lembra de que o modelo pode ficar acomodado a partir do crescimento geral econômico. Garnsey e Saller (1987, p.51), como argumento geral sobre o principado, asseveram que a ascensão de Augusto inaugurou uma era relativa de governo estável, e de condições básicas para a recuperação econômica e da expansão. Na visão desses autores:

Do outro lado, uma poderosa questão surge sobre o potencial da economia, nós observamos que a economia romana não era desenvolvida e que boa parte do trabalho era empregada na agricultura e vivendo em um nível de subsistência (GARNSEY e SALLER, 1987, p.51).

Tanto o filósofo quanto o agrônomo almejavam criticar os indivíduos ligados à corte imperial que possuíam grandes propriedades de terras e haviam se esquecido da importância da agricultura para o desenvolvimento social e moral do homem. O crescimento econômico nas sociedades antigas, principalmente na romana, se deve a resultados de diversos fatores, incluindo as vantagens físicas, o meio ambiente, a estabilidade política, o investimento na agricultura e o acúmulo de capital. No contexto das múltiplas interpretações que levaram ao crescimento da economia no final da república e início do Império consideramos o artigo de Walter Scheidel intitulado: “Approaching the Roman economy”, publicado em um congresso na Universidade de Stanford, em 2010. O principal foco foi a comparação com outras sociedades pré-capitalistas, e também a relação com fatores ecológicos que contribuíram para que tal fato ocorresse. Em consonância com Scheidel (2010, p.2), o desenvolvimento do Império Romano envolveu uma aliança política na península itálica no século segundo

antes de cristo, que dominou o resto da Europa, da Ásia e do norte da África. Nas palavras do autor:

Graças ao excepcional tamanho e duração do Império Romano, ele oferece as melhores oportunidades de estudar o desenvolvimento no contexto do mundo agrário. Ainda mais que no mundo romano, todos eram ligados por uma base no mediterrâneo (SCHEIDEL, 2010, p.3)

De fato, a economia romana era uma economia pré-industrial dominada pela unificação das economias romanas imperiais no mediterrâneo. Na tentativa de realizarmos uma comparação com o crescimento da economia romana, é tentador estudar seus próprios termos circunscritos em um espaço e um período. De acordo com Walter Scheidel (2010, p.9), a relação do crescimento da economia com a demografia mostra talvez um importante problema previsível, como o crescimento da produção em conjunto com o crescimento econômico:

A economia romana pode ser estudada por diversos fatores e diferentes razões. Na Itália republicana e imperial, houve um crescimento de capital, um crescimento natural, uma conturbada importação de escravos, novas oportunidades econômicas, enriquecimento da elite, a redistribuição violenta dos donos de pequenas propriedades (SCHEIDEL, 2010, p.10).

Em um segundo artigo, intitulado: “Slavery in Roman Economy”, publicado também em 2010, Scheidel analisou a distribuição da população escrava e como a economia do trabalho escravo pode oferecer um esquema para o desenvolvimento da escravidão romana. De acordo com Walter Scheidel (2010, p.01), existem inúmeras razões para a sociedade romana ser uma sociedade escravocrata, especificamente na Itália e em diversas províncias:

Ao longo dos séculos produziu-se muita documentação desde o final da república até a antiguidade tardia, e a escravidão em si é muito documentada. A documentação primária dá a impressão que a escravidão era muito importante e ubíqua sem quantificar em escala e contribuição, e por isso é muito mais fácil estabelecer a presença dos escravos em números, origem, ocupação e distribuição (SCHEIDEL, 2010, p.02).

Por essa razão, o estudo da escravidão romana influencia o estudo da escravidão moderna. Conforme Scheidel (2010, p.03), as informações relevantes chegam até nós por diferentes fontes de informação, tais como fontes legais, papiros e inscrições. A literatura era composta pela elite e as inscrições lembravam pessoas livres, particularmente aquelas ligadas às suas redes de comunicação:

No interesse da elite, o envolvimento com a escravidão foi crítico para estabelecer a estrutura da escravidão romana. Ao mesmo tempo, a relação da evidência com relativas exceções tornou-se mais difícil responder questões sobre as pequenas elites em regiões mais distantes do império (SCHEIDEL, 2010, p.04).

A escravidão romana em si não é um assunto de fácil entendimento nas regiões mais distantes do Império. Os escravos poderiam ser utilizados nas mais diferentes atividades do Império. Em um segundo momento, o historiador Walter Scheidel alerta seus leitores sobre a relevância da escravidão para a economia romana. Segundo Walter Scheidel (2010, p.5), existem três pré-condições básicas para facilitar o trabalho escravo; duas postulam que a escravidão é uma instituição aceitável e a terceira afirma que o trabalho escravo deve ser uma fonte alternativa de trabalho, ou seja, os direitos das propriedades sobre o trabalho, já que a instituição realizou um investimento de capital que não era suficiente para o trabalho livre. Assim escreve o autor:

O trabalho escravo exige-se um esforço intensivo, tanto para as atividades desagradáveis ou perigosas como a mineração e sempre que o mercado de trabalho precisar os custos serão alto e os negócios não serão substituídos facilmente por uma lavoura (SCHEIDEL, 2010, p.11).

Nesse sentido, compreendemos que o trabalho escravo era de fato importante dentro da sociedade romana, destacando principalmente que a manumissão é um elemento integral, assim como a escravidão possui múltiplas interpretações. A economia imperial era constituída basicamente pela agricultura e sua melhora era ligada diretamente à reestruturação da terra. O aumento de impostos foi uma consequência sempre crescente das terras marginais que se tornariam produtivas e adequadas aos proprietários (JONES, 1974, p.42):

Boa parte da população urbana era constituída de pessoas sem os recursos devidos, ou seja, eram pobres. Dada esta situação, a indústria localizava-se geralmente em todo o território do Império Romano. Nas cidades médias, a aristocracia do governo era um grupo de proprietários de terras que residiam nos centros urbanos. (JONES, 1974, p.50)

Algumas características são essenciais para o entendimento da extensão do Império Romano e de suas instituições. Em conformidade com Keith Hopkins (1984, p.15), o Império Romano estendia-se da atual Inglaterra setentrional até o rio Eufrates, e do mar Negro até a costa atlântica da Espanha.

A conquista de um império era efetuada pelo mundo rural italiano e de certas formas por outros aspectos. As campanhas militares eram desenvolvidas em torno da bacia do mediterrâneo e geralmente não se estendiam por muito tempo (HOPKINS, 1984, p.17).

Assim, compreendemos que o Império Romano passava inclusive pelo mundo rural, e com o passar dos anos, o serviço militar pouco contribuiu para o desenvolvimento das propriedades. De acordo com Hopkins (1984, p.15), a terra passava por processos de grande valorização e possuía uma importância tremenda para a economia romana:

A terra e a atividade agrícola representavam dois dos componentes principais da riqueza em toda a história romana. A manufatura e o comércio possuíam uma importância menor se comparado com a agricultura. Isto não significa neste prospecto que cerca de dez a vinte por cento da força de trabalho ainda encontrava-se no campo (HOPKINS, 1984, p.19).

Na passagem acima, o percentual da força de trabalho empregado na agricultura chegava aos noventa por cento nos primeiros momentos da expansão do território do império. A economia romana na Itália e nas províncias baseou-se especialmente nos trabalhos realizados no campo. Keith Hopkins (1984, p.27) registra que como em outras economias pré-industriais autossuficientes, o grosso da força de trabalho era empregado na produção de gêneros alimentícios, e a maior parte provinha desses quadros produtores.

O efeito importante da guerra continuava na criação do Império, principalmente pela competência da elite romana. Um ótimo investimento dentro do Império Romano representava ser dono de grandes propriedades em territórios italianos ou em suas províncias.

O último tópico trabalhado seria a relação do crescimento do capital humano, considerando principalmente a economia. Richard Saller, em artigo de 2008, faz um balanço dos últimos cinquenta anos enfatizando o investimento no capital humano, especialmente os investimentos em educação, trabalho e saúde relacionados ao desenvolvimento da economia romana. Para Richard Saller (2008, p.2), o capital humano tornou-se um tópico central nos últimos quarenta e cinco anos. O artigo "Investment in human capital" foi publicado no ano de 1961, tratando principalmente das análises sobre o uso da terra, a educação e o trabalho humano. Sua análise referente ao crescimento econômico baseia-se no investimento e na qualidade da força de trabalho. Assim afirma Saller:

A lógica básica em cada um destes investimentos está claro. Investimento em nutrição e saúde colocando estes elementos como ajuda na contribuição. O investimento em educação e treinamento da população traz um conhecimento onde são sustentados da produção dos trabalhos e educados para o uso de tecnologia (SALLER, 2008, p.3).

Nesse contexto, o historiador norte-americano indaga se será possível compreender o investimento de capital humano que fora proposto por Schultz para analisar a economia romana. De acordo com Saller (2008, p.4), a esse respeito Roma não era diferente das demais sociedades pré-capitalistas:

Os donos de escravos tem que tomar decisões no investimento dos seus escravos. Para os donos como Catão, os cálculos são concisos. Em seu *De Agricultura* ocorre um grande investimento durante o pesado verão e o responsável pelas propriedades deve compreender as necessidades do investimento do trabalho. Varrão em seu *De Re Rustica* aponta as fraquezas das regiões e a depreciação do trabalho escravo (SALLER, 2008, p.5).

A ironia que ocorre nesse caso é que a mente moderna compreende que os romanos possuíam uma hierarquia muito desenvolvida e o investimento em capital humano era nos espetáculos de sangue. De acordo com Saller (2008, p.11), o nível de urbanização em uma sociedade é um indicador do desenvolvimento econômico de parte da população que não era envolvida com atividades agrícolas:

Mas se Roma e outras grandes cidades são geradores de desenvolvimento do capital humano, eles também são consumidores de capital humano. Uma grande concentração de pessoas facilita a transmissão de conhecimento, a produção de habilidades, de doenças infecciosas junto com a grande infraestrutura da saúde (SALLER, 2008, p.12).

Nesse sentido, compreendemos que a recepção do estudo da obra de Columela para o debate sobre a economia romana é um assunto que tem ser estudado não como um fenômeno isolado, mas com múltiplas interpretações.

CONCLUSÃO

O estudo da recepção do *De Re Rustica* de Columela na economia romana é um assunto pouco abordado pela historiografia contemporânea. Desta forma, julgamos necessário retomar as primeiras discussões presentes no final do século XIX e início do XX, principalmente nos auspícios de Max Weber. A apresentação dessas obras que objetivaram o estudo da história antiga, foi seguida pela discussão do historiador Moses Finley, que na década de 1970 teve sua grande obra publicada intitulada “A

Economia Antiga” e trouxe novos paradigmas para a compreensão do mundo antigo. E por último e não menos importante, abordamos a interpretação da Escola de Cambridge, que utilizando da interpretação da psicologia histórica e da antropologia trouxeram novas interpretações sobre a importância da economia romana considerando não apenas o mundo rural, mas também o investimento de capital humano, das manufaturas, do meio ambiente e outros ingredientes que ajudaram a pensar o mundo antigo.

THE RECEPTION OF RE RUSTICA COLUMELA OF THE DEBATE ON THE ROMAN ECONOMY

ABSTRACT

The objective of this article was to study the reception of the *De Re Rustica* de Columella, written in the Century I AD, in debates about the Roman economy. Thus, our analysis was carried out after the sociologist and historian Max Weber, who was committed with the ancient history through debating ancient perspectives like those from Karl Bücher and Eduard Meyer. In mid-1960 and 1970, a new paradigm was proposed by Moses Finley with the publication of *Ancient Economy*, and his followers were committed to broaden this discussion in the next two decades of 1980 and 1990.

Key-words: Roman Economy; *De Re Rustica*; Columella.

REFERÊNCIAS

FAVERSANI, F. As Relações Interpessoais sobre o Império Romano: Uma discussão da Contribuição Teórica da Escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: *Interação Social e Reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Alexandre Galvão Carvaço, UESB 2005.

FINLEY, M. *A Economia Antiga*. 2 ed. Lisboa: Afrontamento, 1986.

GARNSEY, P. e SALLER, R. *The Roman Empire, Economy, Society and Culture*. Angeles Califórnia, Universidade de Berkeley, 1987.

JONES, A. H. M. *L'Economia Romana Studi di Storia economica e amministrativa antica*. Biblioteca Einaudi, 1973.

HOPKINS, K. *Conquistatori e Schiavi Sociologia dell'impero romano* Boringhieri. 1984.

JOLY, F. D. Capitalismo e burocracia: economia e política nas Relações agrárias na Antiguidade, de Max Weber. *Revista Brasileira de História USP*. São Paulo, v 140, p9-22, 1999.

NASSIFI, M. *Acient Athens & Modern Ideology Value, Theory & Evidence In Historical Sciences Max Weber, Karl Polanyi & Moses Finley*. University of London, 2003.

SALLER, R. *Human capital and the growth of the Roman economy* Princeton/Stanford Working Papers. In: Classics .Junho de 2008, p.1-14.

SCHEIDEL, W. *Approaching the Roman economy* Princeton/Stanford Working Papers. In Classics OUTUBRO 2008, p.1-23

SCHEIDEL, W. *Slavery in the Roman economy* Princeton/Stanford Working Papers. In: Classics. Setembro, 2008, p.1-22.

WEBER, Max. *História Agrária Romana*. Ed Martins Fontes, 1980.

_____. *Storia Economica e Sociale dell' antichita*: Riuniti. Roma, 1981.